



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Título da sessão livre

Cartografias e contra-cartografias do Antropoceno: (re)posicionamentos frente ao novo regime climático.

Eliana Rosa de Queiroz Barbosa

(Professora Adjunta do Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Yara Cristina Labronici Baiardi

(Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco)

Patrícia Capanema Álvares Fernandes

(Pesquisadora Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia, Universidade Federal do Sul do Pará. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo NPGAU/UFMG e KU Leuven (Bélgica). Professora substituta na Universidade Federal de Ouro Preto entre 2021 e 2022.)

Mariana Galacini Bonadio

(Pesquisadora Doutoranda do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional e professora substituta do Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Bruno Amadei Machado

(Professor substituto no Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ. Arquiteto Urbanista (EAU/UFF) com especialização em Sociologia Urbana (UERJ) e mestrado em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR - UFRJ). Arquiteto paisagista no escritório Embyá Paisagens & Ecossistemas)

Resumo geral

O que faz do Antropoceno um excelente ponto de referência (...) é que o nome desse período geo-histórico pode ser tornar o mais relevante conceito filosófico, religioso, antropológico e, como veremos em breve, político para começarmos a nos afastar para sempre das noções de 'Moderno' e 'Modernidade'. Acho delicioso que esse oxímoro da geologia e da humanidade seja produto das cogitações de geólogos sérios que, até pouco tempo atrás, eram completamente indiferentes às reviravoltas da pesquisa nas ciências humanas. Nenhum filósofo pós-moderno, nenhum antropólogo, nenhum teólogo liberal, nenhum pensador político teria ousado dimensionar a influência dos seres humanos na mesma escala que rios, vulcões, erosões e bioquímicas.

(...) No tempo que virou moda falar do “pós-humano” no tom blasé daqueles que sabem que o tempo do humano foi “ultrapassado”, o “Anthropos” está se volta – e de volta para se vingar!” (LATOURET, 2020, p.128)

Os primeiros anos do século XXI foram marcados pelos dissensos frente à emergência climática, que se apresenta de forma cada vez mais arrebatadora. Carvalho e Matos (2021) argumentam que a política ontológica do Antropoceno é heterogênea pois mobiliza distintas tecnologias e sociopolíticas. Entretanto os dissensos contemporâneos não se relacionam apenas à crise climática, mas também aos diferentes graus de radicalização política, religiosa e econômica, o que, em resposta, reiteram e exacerbam as questões climáticas. Mobilizando simultaneamente diferentes temporalidades – o passado, o presente e as mais diversas visões de futuro – o Antropoceno, esse grande pseudo-consenso, incita atualmente a produção da teoria crítica, que se debruça sobre as respostas empíricas ao novo regime climático, produzindo (e sendo produzida por) um novo vocabulário – Urbanoceno, Capitaloceno, Chthuluceno, tecnosfera, civilização termo fóssil.... - que se expande indefinidamente. Penetrando nas mais variadas esferas da vida, a teoria crítica acerca do Antropoceno encontra os campos da Arquitetura, do Urbanismo e do Planejamento Urbano e Regional Brasileiros permeados pela sua própria heterogeneidade e diversas sociopolíticas. De um certo modo, as respostas sociopolíticas dos campos acima mencionados frente aos desafios apresentados por uma sucessão de crises segue a mesma lógica apresentada por Carvalho e Matos ao refletir sobre as ontologias do Antropoceno. Se, por um lado, a Arquitetura e o Urbanismo apresentam soluções técnicas complicadas para problemas complexos, como já há décadas aponta Isabelle Stengers (2002), o Planejamento Urbano e Regional se apoia sobre a fé em um aparato sofisticado de legislação e regulações, que muitas vezes desconsidera dinâmicas econômicas neoliberais e resistências socioculturais existentes nos territórios sobre as quais este aparato incide. Em ambos os casos, Sá Barreto (2020) insiste, os avanços pontuais resultantes da criação de soluções técnicas e propostas regulatórias são “atropelados pela avalanche material do movimento expansivo da sociedade capitalista” (SÁ BARRETO, 2020, p. 80).

A COP 27, organizada no Egito em 2022, financiada por grandes indústrias poluidoras cujo país sede restringe a liberdade de manifestação de sua população ferindo há décadas a declaração universal dos direitos humanos, mostrou os limites da mobilização técnica e política acerca do novo regime climático. A anedótica imagem de participantes do evento que pretende nos salvar da catástrofe, pulando poças de esgoto e com dificuldade de encontrar água e comida a pressos justos¹, escancara o descompasso entre a retórica, a possibilidade de ação e as reais potências de agir.

¹ Inúmeras reportagens foram realizadas sobre as condições de realização do evento durante o mês de novembro de 2022. dentre elas, destacamos: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/11/cop27-sofre-com-filas-comida-cara-e-rio-de-esgoto-veja-video.shtm>. Acessado em 6 de dezembro de 2022.

Como aponta Marques (2020), o capitalismo global se apoia em sistemas energéticos, alimentares e de transporte emissores de gases do efeito estufa, bem como no avanço da mineração e do agronegócio globalizados, além da urbanização sobre os mais diversos biomas. Implicada nesse sistema predatório está a longa cadeia da construção civil, responsável pela produção e uso dos materiais e que consome aproximadamente 50% de todos os recursos disponíveis no planeta. Além disso, a mesma indústria é responsável por 25% de todo o lixo depositado e acumulado sobre a terra (CANÇADO, 2017). Apesar disso, continuamos planejando e projetando cidades que desconsideram os principais efeitos do novo regime climático – ondas de calor extremo; o stress hídrico que leva a chuvas cada vez mais intensas por um lado, e por outro períodos de estiagem cada vez mais longos, a elevação do nível do mar; a potencial insegurança alimentar global; a degradação do habitat a ponto da inabitabilidade; e a desfiguração de ecossistemas gerando cadeias de ações cada vez mais imprevisíveis, cujos impactos ameaçam de forma mais dramática e extrema as populações mais vulneráveis (MARQUES, 2020).

Cartografando diferentes posições frente ao colapso em curso, esta sessão livre apresenta o que aqui chamamos de cartografias e contra cartografias do Antropoceno. Apoiadas sobre observação empírica provenientes do Norte, Nordeste e Sudeste do país, as apresentações nos mostram diversas situações que consideramos representativas de tensões, contradições e de reposicionamentos críticos que o Antropoceno, enquanto política antológica, suscita.

As primeiras duas apresentações cartografam e escancaram o *modus operandi* do capital global e seus impactos locais no Antropoceno. Com foco na análise crítica da produção de grandes projetos urbanos e dos ciclos de investimento do capital nas cidades, o caso da Recife contemporânea mostra o descompasso entre a retórica das iniciativas de planejamento e a efetiva resposta aos riscos climáticos de uma cidade litorânea desigual no Sul Global. O caso do Pará, por outro lado, escancara um lado menos explorado da circulação do capital imobiliário: a urbanização e a urbanidade produzida pela mineração, a partir da devastação de floresta virgem. Ambas cartografam posicionamentos que exemplificam os processos que nos trouxeram à crise climática atual, reforçando-a continuamente.

As últimas apresentações apresentam o que aqui chamamos de contra-cartografias ou reposicionamentos, apontando caminhos para uma nova mirada crítica disciplinar. Sobrepondo-se ao espaço tempo do território abordado no caso anterior, a terceira apresentação, através de uma leitura pós humanista da performatividade, debruça-se relacionamente sobre as diversas potências de agir da infraestrutura transamazônica e dos corpos que a percorrem. A última apresentação, ao apontar para uma mirada multi-específica sobre um parque urbano modernista do Rio de Janeiro, descortina possibilidades de atuação disciplinar para além do antropocentrismo que lhe é característico, apontando para um possível urbanismo mais-que-humano. Contrapropostas críticas à um mundo em ruínas, ambas apresentam caminhos conceituais e teóricos para a arquitetura, o urbanismo e o planejamento urbano contemporâneos.

1. Espaço e identidade em disputa: a contínua destruição de um lugar chamado Recife

Yara Cristina Labronici Baiardi

Recife é considerada a Veneza brasileira. Seu pequeno território (218km²) é a foz dos rios Capibaribe e Beberibe, cortada pelo rio Tejiipió, oficialmente o lugar de 99 canais e 6 riachos. No início do século XX, a cidade foi palco de diversos projetos como os de saneamento concebido pelo higienista Saturnino de Brito como das intervenções em seu centro antigo para melhorias do

Porto. Nesta época, a cidade era conhecida como a “Paris dos trópicos”. Como a cidade europeia, também expulsou a população, destruindo seus mocambos e deslocando parte da população para os Morros distantes do centro remodelado.

No século XXI a cidade é a capital brasileira mais ameaçada pelo avanço do nível do mar em função das mudanças climáticas de acordo com o Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas da ONU (IPPC). As chuvas de maio de 2022 pararam por dias a Região Metropolitana do Recife (RMR) ocasionando centenas de mortes, destruições e prejuízos econômicos. Como é possível a Veneza brasileira ficar paralisada em seu próprio território, onde a água fez e faz parte de sua própria história e cultura? Como a “Paris dos trópicos” se transformou em um espaço onde coabitam miséria e luxo em seu espaço evidenciando a extrema segregação socioespacial? Veneza ou Paris, quem é a Recife no século XXI que ora é destruída pela força da natureza ora é destruída pela própria ação do homem?

Ao longo dos séculos, este território densamente recortado por esses condicionantes ambientais, associado a questões socioeconômicas, condicionou uma ocupação fundiária no qual impacta diretamente no efetivo desenvolvimento urbano do Recife. Os desafios do planejamento, da macrodrenagem bem como as relações com a ocupação de frentes d’águas e áreas ambientalmente frágeis são evidências desses descompassos.

Pautada numa bibliografia contemporânea, pelas diretrizes/discurso dos dois últimos Planos Diretores, do “atual” Plano de Mobilidade e Macrodrenagem da cidade, o objetivo é apresentar, por meio de cartografias e imagens, as transformações da paisagem resultantes de grandes projetos urbanos. Apresento uma análise crítica referente aos projetos específicos em duas frentes distintas. A primeira trata de projetos recentes implantados em área de mangue, ambientalmente sensíveis, como os do Shopping RioMar e Via Mangue. A segunda frente trata do ordenamento da paisagem e do espaço em disputa nas frentes d’águas, através dos projetos Recife Novo (Cais Estelita) e Porto Novo Recife (Recife Antigo) que perpetuam a segregação socio espacial. Os resultados evidenciam o conservadorismo das ações de um planejamento ortodoxo destoante do discurso que prega urbanismo adequado aos desafios do novo regime climático. Desse modo, abordo não somente a quebra de paradigmas arraigados numa sociedade do atraso, das ideias fora do lugar, mas também na urgência do resgate de sua identidade para sua própria sobrevivência urbana frente às mudanças climáticas.

2. Urbanização e desmatamento: cartografando interseções históricas na região do Carajás, Amazônia

Patrícia Capanema Álvares Fernandes

A Amazônia, na interpretação de Bertha Becker (2013), é uma floresta urbanizada. Essa afirmação se dá a partir da constatação de que os núcleos urbanos foram a base logística de expansão da fronteira amazônica. No contexto do Plano Nacional de Integração (PIN), implantado a partir de 1970, a expansão da fronteira agropecuária iniciada no Sudeste esteve acompanhada da implantação de núcleos urbanos como estratégia explícita de povoar a região. Assim, com a implantação de redes de infraestrutura e de cidades e a indução da imigração para formar uma mão de obra local, constituiu-se uma fronteira urbana antes mesmo da fronteira agrícola.

Idealizados a partir do discurso de vazio demográfico, os diversos planos implementados na região integram um projeto de ocupação das terras amazônicas, materializado através de dupla infraestrutura composta por uma rede rodoviária e assentamentos agrários. Diante das diversas falhas na implementação de tais planos, por diversas frentes institucionais tais como INCRA, SUDAM, GETAT, dentre outros, esses assentamentos logo se convertem em núcleos urbanos integrados diretamente à malha rodoviária e cada vez mais às lógicas de produção capitalista e aos mercados locais e globais.

A partir da década de 1980, acrescentam-se aos projetos de colonização e urbanização os grandes projetos de extração mineral que incluem, além das áreas de mineração, infraestruturas de logística e transporte e também urbanas. Locus de implantação do Projeto Grande Carajás, o sudeste paraense se consolidou como área de fronteira amazônica, constituindo-se como local de expansão geográfica e deslocamento temporal no novo contexto de acumulação capitalista que se firmou a partir de fins da década de 1970 (Monteiro & Silva, 2021).

Além do avanço da urbanização, o processo de transformação espacial da Amazônia, e em particular da sub-região do Carajás, esteve acompanhado de crescente degradação da natureza através da extração mineral e madeireira e da recente intensificação da conversão da floresta em pasto com o avanço da pecuária e mais recentemente da soja. Em 2021 o desmatamento da Amazônia legal chegou a marca de 826 mil km², que corresponde a 20% da área de floresta original. No estado do Pará esse desmatamento correspondeu a cerca de 25% até a data (INPE, 2022) como resultado direto ou indireto de programas do estado.

Nesta pesquisa, dados espaciais do desmatamento fornecidos pelo PRODES (desde 1988) e diretamente obtidos por processamento de imagens de satélite de períodos são contrastados com as espacialidades produzidas pelos projetos de colonização e urbanização no sudeste paraense a fim de construir cartografias e cronologias. Tais mapeamentos objetivam evidenciar e discutir as consequências socioespaciais de tais projetos e as diferentes temporalidades produzidas no contexto amazônico. As cartografias testemunham e investigam como infraestruturas de suporte às atividades econômicas tais como a Transamazônica, a Ferrovia Carajás e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí formam vetores de desmatamento e urbanização de um lado e também da criação de Unidades de Conservação e Terras Indígenas em reação aos conflitos causados. Assim, a espacialidade produzida é resultado de processos complexos de degradação e conservação concomitantes e concorrentes.

3. Pensar-com corpos e agências transamazônicas: cartografias do evento sem tempo no tempo das catástrofes

Mariana Galacini Bonadio

Amazônia: espaço-tempo de 53% da área de florestas tropicais ainda restantes no mundo, igualmente da diversidade de ecossistemas de várzeas, igapós, mangais, savanas e cerrados, assim como dos discursos representacionistas de preservação ambiental e das ansiedades do futuro no Antropoceno. Espaço-tempo do jogo geopolítico intra e intraestatais, da Amazônia Legal estendendo-se por oito unidades federadas em 59% do território nacional brasileiro. Espaço-tempo da diversidade de ao menos 180 nações indígenas junto ao dos dispositivos de aniquilamento dessas tantas subjetividades e de suas desterritorializações continuadas. Espaço-tempo das investidas império-coloniais de apropriação territorial desde o

séc. XVII, da expansão de fronteiras econômicas extrativistas encetadas no séc. XIX, do paradigma da modernização rodoviária e urbana desde os anos 1950, da integração à lógica do capitalismo nacional pelo autoritarismo ditatorial militar e do atual “consenso das commodities” via os grandes projetos sob a hegemonia disputada dos setores primário-exportadores e do capital financeiro (SVAMPA, 2013). Espaço-tempo da violência dos garimpos ilegais, da grilagem paramilitar de terras, da multiplicidade de conflitos fundiários, mas também das gerações de migrantes desejosas de melhores condições de vida, das territorialidades caboclas, ribeirinhas e quilombolas.

Amazônias, então, de pluralidade espaço-temporal em sobreposições *intra-ativas* de *fenômenos material-discursivos* enredados por e enredando antinomias existenciais e territoriais (BARAD, 2007; MASSEY, 2004). Paradoxalmente, a incursão dessa experimentação de pesquisa implica-se com uma cartografia do *evento sem tempo* inspirada em Denise Ferreira da Silva (2018), justamente como a cartografia im/possível de nosso tempo das catástrofes (STENGERS, 2015): como a iterabilidade do evento racial e da violência categorial dos corpos da modernidade-colonial, distributiva desigual do que e de quem conta como vida vivível, traça-se *na* e *com* a espacialização do tempo e a temporalização do espaço? (LUGONES, 2008; BUTLER, 2019; DERRIDA, 2017; POVINELLI, 2016). Na oscilação entre “o registro histórico e o registro global”, como cartografar “o que acontece” como uma composição (decomposição ou recomposição) [...] daquilo que também constitui “o que aconteceu e o que ainda está para acontecer”? (SILVA, 2018: 408).

Para tal, a rodovia Transamazônica-230 é tomada como *índice* através de uma leitura pós-humanista da performatividade dos campos de poder social, econômico e político que a configurou em contextos de despossessão feitos de corporeidades diferencialmente vulnerabilizadas, e dos que des/continuamente seguem a reconfigurá-la. Busca-se, assim, implicar-se com aquilo que no exercício da agência dessa infraestrutura é já extensão materialmente distribuída da agência de inúmeras práticas sociais implicadas de formas complexas: apenas “o nó visível com que se ata uma meada invisível de relações que se desdobram no espaço social e no tempo social” (GUELL, 2018: 107-108). É com este movimento que o pensar-com os corpos e agências transamazônicas não se restringe a contar histórias das Amazônias da Transamazônica mas potencialmente abrir outras formas de cartografar redes e sistemas infraestruturais como heterogeneamente entrelaçadas na produção conflituosa, negociada e transitiva de intersubjetividades e sentidos ético-políticos (BERLANT, 2016). Fazer dos corpos racializados do evento sem tempo elementos centrais para o pensar-com infraestruturas territoriais na abertura de outras geografias de responsabilidade política no tempo das catástrofes (MASSEY, 2004; STENGERS, 2015).

4. Projetar com plantas, negociar cidades por vir: pensando éticas do cuidado a partir de um parque urbano carioca.

Bruno Amadei Machado

Tião e Fernando não se conhecem, mas passam grande parte do dia separados por poucos metros de distância. Enquanto Tião toma conta de um quiosque próximo às quadras de futebol, Fernando estaciona seu carrinho de bebidas na sombra de uma árvore, em um ponto movimentado daquele mesmo parque. No raio de visão deles é possível observar algumas plantas que destoam da unidade do gramado, quase todas frutíferas, nos mais variados portes e estágios de desenvolvimento: uma touceira de bananeiras com cachos maduros, cajueiros, abacateiros, mangueiras e um vigoroso pé-de-boldo, além de um mamoeiro que já atinge 10

metros de altura. Em 2022, estas são algumas das mudas que foram plantadas e seguem sendo cuidadas por aqueles que, a lazer ou trabalho, tal como Tião e Fernando, frequentam o Parque do Flamengo e fazem dele seu quintal.

Inaugurado e tombado em 1965, o Parque do Flamengo ainda hoje é o maior parque urbano do Rio de Janeiro. Projetados pelo célebre paisagista Roberto Burle Marx, seus dois milhões de metros quadrados de jardins enraizados no solo pobre de aterro sustentam uma miríade de usos. Por seu caráter público e pela posição privilegiada que ocupa na malha da cidade, mas também pelos equipamentos que abriga ou deixou de abrigar, ali despontam atividades individuais e coletivas, projetadas e espontâneas, permitidas e clandestinas, estimuladas, toleradas e coibidas.

Cartografando uma típica paisagem urbana do Antropoceno, esta comunicação lança luz sobre alguns dos encontros que emergem entre plantas e pessoas. Mais além, busca levar a sério uma intimidade ordinária construída por seres que, compartilhando o aqui e agora, tensionam questões relativas à função social do patrimônio e ao planejamento de áreas livres frente às incertezas instauradas pela emergência climática (HOUSTON et al., 2018). Em complemento à fundamentação teórica, a discussão recorrerá à pesquisa histórica, relatos textuais e registros audiovisuais elaborados a partir de idas a campo.

Na esteira dos estudos multiespécies (VAN DOOREN, KIRKSEY, MÜNSTER, 2016; TSING, 2019) e atentos àquilo que Myers (2017) denomina *Plantropoceno*, buscaremos dar espessura a determinadas práticas menores que abarcam socialidades mais-que-humanas, expandindo o entendimento de ecologia política (BENNETT, 2022) e experimentando contornos renovados de uma ética do cuidado (PUIG DE LA BELLACASA, 2012).

Sentindo os ecos da sexta extinção em massa de espécies, o que as plantas nos contam? A partir delas, que histórias de adaptação Fernando e Tião podem contar, acenando para outros arranjos de vida? *Vida* aqui assumida menos nos termos biológicos que dizem sobre limites rígidos entre seres, mas enquanto transmissão, vibrando na sua capacidade material de *estar em relação com* - sejam eles humanos, plantas ou territórios. De maneira situada, regenerando um jardim por vez, fazendo germinar, abrindo covas, adubando e regando nos períodos de estiagem, mas também lamentando pelas mudas perdidas.

5. Referências

BARAD, Karen. **Meeting the universe halfway: quantum physics and the entanglement of matter and meaning**. Durham e Londres: Duke University Press, 2007

BECKER, Bertha. **A urbe Amazônida: a floresta e a cidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BENNETT, Jane. **Materia vibrante: una ecología política de las cosas**. Buenos Aires: Caja Negra, 2022.

BERLANT, Lauren. "The commons: Infrastructures for troubling times". **Environment and Planning D: Society and Space**, 2016, Vol. 34(3), pp. 393-419

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? [2009]** Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6ed, 2019

CANÇADO, Wellington. Desconstrução civil. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, número 10, p. 102 - 111, 2017. Disponível em: <https://piseagrama.org/desconstrucao-civil/>, acessado em 06 de dezembro de 2022.

CARVALHO, António; MATOS, Vera Ferreira e Ana Raquel. “Ontologias do Antropoceno: Crise climática, respostas sociopolíticas e tecnologias emergentes”. **Fórum Sociológico**, 38, p. 5-13, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/sociologico.9693>, acessado em 06 de dezembro de 2022.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Trad. Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro [1967]. São Paulo: Perspectiva, 2017

GUELL, Alfred. **Arte e agência: uma teoria antropológica [1998]**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2018

HOUSTON, Donna et al. “Make kin, not cities! Multispecies entanglements and 'becoming-world' in planning theory”. **Planning Theory**, 17(2), 2017, pp. 190-212.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. Prodes 2022. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia: Oito conferências sobre a natureza no Antropoceno**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LUGONES, Maria. “Colonialidad y Género”. **Tabula Rasa** n. 9, 2008, pp. 73-102

MARQUES, Luiz. “O colapso socioambiental não é um evento, é o processo em curso”. **Revista Rosa**, n.1, s/p, março 2020.

MASSEY, Doreen. “Geographies of responsibility”. **Geogr. Ann.**, 86 B (1), 2004, pp. 5-18

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; SILVA, Regiane Paracampos Da.” Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás”. **Revista franco-brasileira de geografia**, v. 49, p. 1–16, 2021.

MYERS, Natasha. “From the Anthropocene to the Planthropocene: designing gardens for plant/people involution”. **History and Anthropology**, 28(3), 2017, pp. 297-301.

POVINELLI, Elizabeth A. **Geontologies: a requiem to late liberalism**. Durham e Londres: Duke University Press, 2016

PUIG DE LA BELLACASA, María. ” ‘Nothing comes without its world’: thinking with care”. **The Sociological Review**, 60 (2), 2012, pp. 197-216.

SÁ BARRETO, Eduardo. “Crise climática e o Green New Deal: uma primeira aproximação crítica”. **Revista Fim do Mundo**, nº 2, p.75-91, mai/ago 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2020.v1n02.p75-91>, acessado em 06 de dezembro de 2022.

SILVA, Denise Ferreira da. *O evento racial ou aquilo que acontece sem o tempo* [2016]. In: **Histórias Afro-Atlânticas**. Vol. 2. Antologia. São Paulo: MASP, 2018, p. 407-411.

STANGERS, Isabelle. “Reinventar A Cidade? A Escolha Da Complexidade” [2000]. **Redobra**, n.16, p.16-27, 2022. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2022/10/R16_05 EDI_STENGERS.pdf, acessado em 06 de dezembro de 2022.

STENGERS, Isabelle. **No Tempo das Catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima** [2009]. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, Coleção EXIT, 2015.

SVAMPA, Maristella N. “Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina”. **Nueva Sociedad**, n. 244, 2013, pp. 30-46

TSING, Anna. **Viver na ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VAN DOOREN, Thom; KIRKSEY, Eben; MÜNSTER, Ursula. “Multispecies studies: cultivating arts of attentiveness”. **Environmental Humanities**, 8 (1), 2016, pp. 1-23.